Relatório de Gestão

31 de dezembro de 2020

RAT

Índi	ice	Página
1.	Introdução	3
2.	Órgãos Sociais	3
3.	Enquadramento Económico Nacional	3
4.	Atividade Seguradora em Portugal	4
5.	Atividade da Sociedade	5
6.	Riscos	6
7.	Outros Dados Relevantes	7
8.	Aplicação dos Resultados	7
9.	Considerações Finais	7

1. Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o presente relatório elaborado pelo Conselho de Administração da MDS Reinsurance Solutions, S.A. ("MDS RS" ou "Sociedade"), pretende expor a evolução do negócio e os aspetos mais relevantes da vida da Sociedade durante o ano de 2020.

2. Órgãos Sociais

Assembleia Geral Presidente Pedro Sá Secretário Sílvia Lima

Conselho de Administração

João Manuel Pontes Alvadia (Presidente) Tiago Manuel da Costa Passos Mora (Vogal) José Diogo Carneiro de Araújo e Silva (Vogal) Fernando Emídio Teixeira de Oliveira Brito (Vogal) Renato Silvestre Capote da Silva (Vogal)

Fiscal Único / Revisor Oficial de Contas

Deloitte e Associados - SROC, S.A.

Representada por: Nuno Miguel dos Santos Figueiredo

Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

3. Enquadramento Económico Nacional

Em Portugal, a deterioração da situação epidemiológica desde meados de março, conduziu à introdução de medidas de afastamento social restritivas e à limitação abrangente da atividade económica, com o País a decretar o primeiro estado de emergência e consequente confinamento generalizado a 18 de março.

No sentido de minimizar o impacto económico destas limitações, o Governo introduziu um conjunto de medidas extraordinárias com o propósito de preservar a estrutura produtiva nacional e proteger o rendimento dos agentes económicos.

Porém, estas medidas não evitaram a profunda deterioração do PIB durante o segundo trimestre, tendo contraído -16,4%. O levantamento gradual das restrições a partir de maio permitiu uma recuperação económica significativamente mais rápida do que inicialmente prevista, sobretudo no 3º trimestre. Contudo, esta tendência foi atenuada no final do ano após o rápido crescimento do número de casos de infeção de COVID-19 a partir de final de setembro.

No acumulado do ano, o PIB real reduziu -7,6% fruto da drástica redução das despesas das famílias, em especial nos serviços, e do colapso das exportações de serviços, reflexo da estagnação do turismo internacional.

As condições do mercado de trabalho registaram uma deterioração bastante menos severa do que antecipado, em virtude da redução da taxa de atividade e da adesão massificada de empresas e trabalhadores ao programa de *lay-off* simplificado, uma das medidas introduzidas pelo Governo após o despoletar da crise. A taxa de desemprego situou-se nos 6,8% em 2020, depois de ter atingido 6,5% em 2019, o nível mais baixo dos últimos 18 anos.

A redução generalizada da procura agregada pressionou em baixa o nível geral de preços, com a inflação a encerrar o ano de 2020 em terreno negativo (-0,1% em 2020 vs. +0,3% em 2019), apesar do crescimento acelerado do nível geral de preços dos Produtos Alimentares não-processados (+5,0% em 2020 vs. +0,2% em 2019).

Para 2021, Portugal continuará a ver a sua economia penalizada pelos condicionalismos ao consumo e às atividades turísticas. Desta forma, o crescimento moderado do PIB deverá manter os níveis de atividade económica longe do registo de 2019.

4. Atividade Seguradora em Portugal

Em 2020, a produção total de seguro direto foi de 9,9 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de -18,7% face a 2019.

O ramo Vida, em linha com a evolução do ano anterior, registou um decréscimo de - 34,8%.

Os ramos Não Vida apresentaram um aumento da produção de 3%.

A contração observada na produção do Ramo Vida durante o ano de 2020, foi sustentada sobretudo pelo decréscimo nos seguros de vida (-49,9% vs. 2019), os quais representam cerca de 58% da produção do respetivo ramo segurador. Os Contratos de Investimento, que representam aproximadamente 42% da produção do Ramo Vida, tiveram um desempenho distinto, ao apresentarem um crescimento de 12% da respetiva produção face a 2019, atingindo cerca de 1,9 mil milhões de euros.

No Ramo Não Vida, a produção em 2020 atingiu os cerca de 5,4 mil milhões de euros, o qual representa um crescimento de 3,0% em comparação com o ano anterior. Os ramos de Acidente e Doença e Automóvel, que conjuntamente apresentam um peso de 73% da produção do Ramo Não Vida, foram os segmentos que mais contribuíram para este crescimento em 2020 com um aumento de 102 milhões de euros.

Produção de seguro direto em Portugal (Valores em € milhões):

	<u>Ano 2020</u>	<u>Ano 2019</u>
Ramo Vida Ramos Não Vida TOTAL	4.558.882 5.363.430 9.922.311	6.993.576 5.209.426 12.203.002
Forte ASE	9.922.311	12.203.002

M. 49

5. Atividade da Sociedade

A situação de Pandemia e as medidas de "lockdown", entretanto impostas, tiveram um impacto negativo na implementação da estratégia de desenvolvimento do negócio seguida durante os últimos anos, muito assente numa crescente proximidade junto dos mercados-alvo (Cedentes e Resseguradores).

O contexto macroeconómico desafiante, caracterizado pela paralisia generalizada dos negócios, bem como pela suspensão dos grandes projetos e a consequente retração dos mercados, teve um impacto significativo nos negócios de resseguro, quer a nível do facultativo, quer dos tratados.

A Sociedade aproveitou o momento para efetuar uma reorganização dos serviços e reengenharia ao nível dos circuitos/procedimentos, resultando numa estrutura mais eficiente e competente.

O ano de 2020 foi igualmente caracterizado pelo aumento da exposição internacional da MDS RS, através do alargamento do universo de clientes internacionais, sobretudo nas geografias de Angola, Moçambique e Espanha.

No entanto, em Portugal, a integração de uma das grandes seguradoras portuguesas num grande grupo internacional, fez com que o resseguro dessa companhia passasse a ser efetuado pela casa-mãe.

Igualmente, e como nota positiva, a qual confirma igualmente o reconhecimento da capacidade e confiança na qualidade da equipa da Sociedade, o ano de 2020 foi caracterizado pela consulta à MDS RS de alguns negócios de relevante dimensão e de clientes de importância relevante nos respetivos sectores de atividade.

Adicionalmente, a MDS RS construiu a base da solução (Apólice + Tarifa) direcionada a dois nichos de negócio, para os mercados de Angola e Moçambique e que vão ao encontro das necessidades locais. Estas ferramentas irão permitir negociar/colocar "Facilities" com o suporte do mercado ressegurador.

O ano de 2020, ficou igualmente caracterizado pelo aumento do universo dos Resseguradores com quem a Sociedade trabalha, sobretudo no mercado de África. Em 2020, a MDS RS passou a utilizar regularmente a capacidade/suporte de 10 novos resseguradores.

Apesar do já referido contexto macroeconómico adverso, a performance da Sociedade em 2020 foi muito positiva, registando um aumento de 28,6% da receita face a 2019.

Resultados

Descrição	<u>2020</u>	2019	<u>Variação</u>
Serviços prestados	1.325.949	1.030.833	28.6%
Fornecimentos e serviços externos	-173.817	-200.722	-13.4%
Gastos com pessoal	-523.371	-505.478	3,5%
Outros rendimentos e gastos	-8.982	10.453	n.a.
Resultado antes de impostos	619.779	335.087	85.0%
Imposto sobre rendimento do período	-162.101	-98.817	64.0%
Resultado líquido do período	457.678	236.269	93.7%

Unid: €

P - 18

Sociedade Registada na ASF na categoria Mediadores de Resseguros com o nº 808277889/3

O resultado líquido da Sociedade apresentou um aumento de 221.409 euros, ou seja, mais 93,71%, em relação a 2019, que se deveu a um aumento da receita em 295.116 euros (+28,63%) e uma redução de 13,4% no lado das despesas.

Na rúbrica gastos com pessoal verificou-se um aumento de 3,5% mantendo-se o número de 5 colaboradores.

O valor da rubrica "outros rendimentos e gastos" refere-se a juros, diferenças de câmbio e depreciações dos ativos fixos tangíveis. A variação face ao ano transato, resulta, essencialmente da forte redução dos juros obtidos.

Indicadores

Descrição	2020	2019	Variação
Resultado Líquido	457.678	236.269	93,7%
Capital Próprio	1.592.484	1.134.806	40,3%
Ativo Líquido Total	4.461.671	2.030.340	119,8%
Resultado Líquido / Vendas	34,5%	22,9%	11,6%
Resultado Líquido / Ativo Líquido Total	10,3%	11,6%	-1,3%
Resultado Líquido / Capital Próprio	20,7%	20,8%	-0,1%

6. Riscos

A MDS RS dedica particular enfoque a adequados mecanismos de governação em ordem a assegurar que os mesmos estão apropriados à dimensão, natureza e complexidade da sua atividade.

Assim, as políticas e práticas ligadas à gestão de risco e a estratégia para assegurar a continuidade do negócio, têm merecido, por parte do órgão de Administração, particular atenção, visando garantir a manutenção e o desenvolvimento são e prudente da empresa e das suas responsabilidades.

Decorrente da especificidade do negócio, a Administração considera existirem, como em qualquer atividade, alguns riscos que procura mitigar com procedimentos de monitorização da sua atividade.

Operacionalmente, existe o risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, sistemas ou eventos externos. Ao nível da concentração das atividades em parceiros específicos, também existe alguma exposição. No que respeita ao nível financeiro, a Administração considera que os riscos de liquidez e mercado são reduzidos, dada a especificidade da atividade que desempenha (intermediação) e à baixa exposição de investimentos com risco (principalmente detém aplicações em depósitos à ordem e a prazo).

A Sociedade procura efetuar uma escolha criteriosa de parceiros de atividade e, na maior parte destes, com experiência comprovada (tendo em vista afastar quaisquer riscos de crédito associados).

7. Perspetivas 2021

Para o ano de 2021, considerando-se a manutenção do cenário de incerteza económica, fruto da situação pandémica, prevê-se um resultado idêntico ao de 2020, com a continuação da consolidação estratégica da Sociedade, nos mercados onde está presente.

A garantia da qualidade dos serviços prestados pela Sociedade continuará a ser uma prioridade.

8. Aplicação dos Resultados

A Sociedade apresentou, em 2020, um resultado líquido de imposto de 457.678 Euros.

Nos termos legais, e dado estarem as reservas legais devidamente constituídas, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de resultados:

	<u>Valor (€)</u>
Dividendos	216.000,00
Reservas Livres	241.678,37
Total	457.678.37

9. Considerações Finais

A MDS RS agradece o apoio dos clientes, que vêem na Sociedade o seu parceiro de negócio, dos colaboradores e de todos aqueles que de forma empenhada e cooperante contribuem diariamente para a concretização dos objetivos definidos.

Agradece igualmente o apoio dos seus acionistas, pelo suporte, investimento e confiança demonstrada no futuro, bem como da Assembleia Geral e Fiscal Único pela respetiva disponibilidade e dedicação em cada momento.

Lisboa, 30 de Abril de 2021

Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020

SR. Y

Índice das demonstrações financeiras

Ba	lanço)	.4
De	mons	stração dos resultados por naturezas	.5
De	mons	stração das alterações no capital próprio	.6
De	mons	stração das alterações no capital próprio	.7
De	mons	stração de fluxos de caixa – método directo	.8
1.	INTRO	DUÇÃO	۵
2.		RENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
	2.1	Base de preparação	
	2.2	Derrogação das disposições do SNC	. o
	2.3	Comparabilidade das demonstrações financeiras	
3.		IPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	. 9
	3.1	Bases de mensuração	
	3.2	Activos fixos tangíveis	
	3.3	Imparidade de activos fixos tangíveis	10
	3.4	Clientes e outros créditos a receber	11
	3.5	Caixa e depósitos bancários	
	3.6	Transacções e saldos em moeda estrangeira	
	3.7	Fornecedores e outras dividas a pagar	
	3.8	Rédito	
	3.9	Rendimentos e gastos	
	3.10	Responsabilidades por férias e subsídio de férias	12
	3.11	Activos contingentes, passivos contingentes e provisões	12
	3.12	Imposto sobre o rendimento	
	3.13	Eventos subsequentes	13
	3.14	Capital Social	13
	3.15	Reserva Legal	13
	3.16	Diferimentos	
4.		OS FIXOS TANGÍVEIS	
5.		TES	
6.		OS CRÉDITOS A RECEBER	
7.		IMENTOS	
8.		E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	
9.		AL	
10.		RVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS	
11.		ECEDORES	
12.		OO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	
13.		AS DIVIDAS A PAGAR	
14. 15.		AS E SERVIÇOS PRESTADOS	
15. 16.		ECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	
10. 17.		OS COM PESSOAL	
18.		OS RENDIMENTOS	
19.		S E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	
ıJ.	OUNUS	DE RENUIWIENTOS SIMILARES UDTIDUS	/ا ۲

20.	PARTES RELACIONADAS	21
	20.1 Identificação da estrutura accionista	
	20.2 Relacionamento com empresas associadas e participadas	
	20.3 Remuneração dos órgãos sociais	
21.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	21
	21.1 Compromissos financeiros assumidos	
22.	OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS PELA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE	
	IDOS DE PENSÕES	22
	EVENTOS SUBSEQUENTES	

3-19

Balanço

(Montantes expressos em euros)

<u>Ativo</u>	<u>Notas</u>	<u>31,12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	568,90	911,62
Outros investimentos financeiros - Fundos FCT		1.345,25	1.097,09
	•	1.914,15	2.008,71
Ativo corrente	•		
Clientes	5	785.036,28	88.172,77
Outros créditos a receber	6	0,00	855.685,47
Diferimentos	7	37.389,10	13.996,53
Caixa e depósitos bancários	8	3.637.331,88	1.070.476,10
	•	4.459.757,26	2.028.330,87
Total do Ativo	-	4.461.671,41	2.030.339,58
	•		
Capital Próprio e Passivo	Notas	31.12.20	<u>31.12.19</u>
Capital subscrito	9	180.000,00	180.000,00
Reservas legais	10	36.000,00	36.000,00
Outras reservas	10	918.805,65	682.536,17
		1,134.805,65	898.536,17
Resultado líquido do período		457.678,37	236.269,48
Total do Capital Próprio		1.592.484,02	1.134.805,65
Passivo corrente			
Fornecedores	11	2.641.068,03	727.343.00
Estado e outros entes públicos	12	116.526,89	73,295,17
Outras dividas a pagar	13	111.592,47	94.895,76
2002		2.869.187,39	895.533,93
Total do Passivo		2.869.187,39	895.533,93
Total do Capital Próprio e do Passivo		4.461.671,41	2.030.339,58
		17011071171	2.000.000,00

Administração

Contabilista Certificado

As notas das páginas 9 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

Demonstração dos resultados por naturezas

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31.12.20	<u>31.12.19</u>
Vendas e Serviços prestados	14	1.325.949,33	1.030.833,45
Fornecimentos e serviços externos	15	-173.817,23	-200.721,85
Gastos com o pessoal	16	-523.370,98	-505.478,06
Outros rendimentos	17	178,55	13.339,84
Outros gastos	18	-11.300,83	-29.847,11
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		617.638,84	308.126,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-342,72	-3.121,25
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		617.296,12	305.005,02
Juros e rendimentos similares obtidos	19	2.483,28	30.081,76
Resultados antes de impostos		619.779,40	335.086,78
Imposto sobre o rendimento do período	12	-162.101,03	-98.817,30
Resultado líquido do período		457.678,37	236.269,48
Resultado por ação básico		12,71	6,56

Administração

Contabilista Certificado

As notas das páginas 9 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

Demonstração das alterações no capital próprio

(Montantes expressos em euros)

					Resultado líquido do	
A 1 de Janeiro de 2020	9, 10	180.000,00	36.000,00	682.536,17	236.269.48	1.134.805.65
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	10	00'0	00'0	236.269,48	-236.269,48	00'0
Alterações no período Alterações de políticas contabilísticas	:	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	·	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
		00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Resultado líquido do período 8 Resultado integral 9 = 7 + 8	10				457.678,37 457.678,37	457.678,37 457.678,37
Operações com detentores de capital no período Distribuição de resultados	10	00'0	00,0	00'0	00°0	00'0
10 A 31 de Dezembro de 2020 11 = 6 + 7 + 8 + 10	9,10	0,00	36.000,00	918.805,65	0,00	0,00

6, Lay h.y P. D. D. C. J. P. D. As notas das páginas 9 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

Administração

Demonstração das alterações no capital próprio

_
euros
E
pressos
ě
ites
ıtar
횽
=

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2019 6	9, 10	180.000,00	36.000,00	526.722,16	155.814,01	898.536,17
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	10	00'0	00'0	155.814,01	-155.814,01	0,00
Alterações no período Alterações de políticas contabilisticas		00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Ajustamentos por impostos diferidos		00'0	00,0	00'0	00'0	00'0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		00,00	00,00	00,00	00'0	00'0
7		00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Resultado líquido do período Resultado integral 9 = 7 + 8	0				236.269,48 236.269,48	236.269,48 236.269,48
Operações com detentores de capital no período Distribuição de resultados	Ę	S	ć		c	ć
10	2	00'0	00.0	0.0	00.0	00.0
A 31 de Dezembro de 2019 11 = 6 + 7 + 8 + 10	9,10	180.000,00	36.000,00	682.536,17	236.269,48	1.134.805,65
, 0						

200 LA. Ly 200 A. L. 1. PLOSCI (2)

Contabilista Certificado

As notas das páginas 9 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

Demonstração de fluxos de caixa - método direto

(Montantes expressos em euros)

		PERÍO	DDOS
RUBRICAS	Notas	31.12.20	<u>31.12.19</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Saldo líquido recebido de resseguradoras/seguradoras	5, 11 e 14	2.800.110,04	997.035,76
Pagamentos ao pessoal	13 e 16	-523.338,28	-511.516,22
Caixa gerada pelas operações		2.276.771,76	485.519,54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12	-122.889,60	-53.972,09
Outros recebimentos/pagamentos	6, 7, 12, 13 e 15	-206.747,61	-173.060,10
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.947.134,55	258.487,35
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos	6	0,00	-615.000,00
Recebimentos provenientes de:	Ŭ	0,00	010.000,00
Outros ativos	6	615,000,00	600.000,00
Investimentos financeiros - juros e rendimentos similares	19	9.933.10	15.076,78
Investimentos financeiros – venda de ações		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		624.933,10	76,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	10	0,00	0 ,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-	2.572.067,65	258.564,13
Efeito das diferenças de câmbio	17 e 18	-5.211,87	-679,97
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	1.070.476,10	812.591,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	3.637.331,88	1.070.476,10

As notas das páginas 9 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

Anexo

1. Introdução

A MDS – Reinsurance Solutions SA é uma sociedade anónima com um capital de 180.000,00 euros, com sede na Av. da Liberdade, n.º 69 – 4° C, 1250-140 Lisboa, constituída em 15 de abril de 1993 e que tem como atividade principal a angariação e colocação de resseguros.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2021.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC pode requerer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade, cujo impacto pode ser significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. A Sociedade opera sobre o princípio da continuidade.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados.



3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

O método de depreciação utilizado pela Sociedade, o método das quotas constantes, foi definido em função da vida útil estimada dos respetivos bens. A depreciação dos ativos fixos tangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base duodecimal.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento administrativo	3-10

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na

demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os referidos saldos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de existir.

3.5 Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários que compreendem, essencialmente, equivalentes de caixa, que correspondem a depósitos à ordem e a prazo imediatamente mobilizáveis, remunerados a taxas de mercado.

3.6 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.7 Fornecedores e outras dividas a pagar

As contas de fornecedores e outras dividas a pagar estão mensuradas ao custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Os valores de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados pela quantia que consta na fatura, documento equivalente ou contrato.

3.8 Rédito

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade, ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

3.9 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.10 Responsabilidades por férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação do Trabalho em vigor, os encargos com férias, subsídio de férias e respetivos encargos a pagar no período seguinte são imputados a gastos do período corrente, encontrando-se a responsabilidade incluída na rubrica do balanço "Outras contas a pagar".

3.11 Ativos contingentes, passivos contingentes e provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem custos associados custos não possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis. O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções,

LAPI M. Y reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos anos de 2017 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Administração da MDS – Reinsurance Solutions, SA entende que as correções que possam, eventualmente, resultar de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2020.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todos os ajustamentos fiscais, com exceção dos ajustamentos resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal.

A 31 de dezembro de 2020 a Sociedade não reconheceu ativos/passivos por impostos diferidos por considerar o seu montante residual.

3.13 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

3.14 Capital Social

O capital social, encontra-se integralmente subscrito e realizado e está representado por 36.000 ações, com valor nominal unitário de 5,00 euros.

3.15 Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa mas, pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

3.16 Diferimentos

As estimativas e os pressupostos subjacentes, nomeadamente nas rubricas de "Diferimentos", foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão acomodadas de forma prospetiva.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Edificios e	Equipamento	
	out.construções	admnistrativo	Total
1 de janeiro de 2020			
Valor de aquisição	1.178,06	77.881,61	79.059,67
Depreciação acumulada	1.178,06	76.969,99	78.148,05
Valor líquido	0,00	911,62	911,62
Valor líquido inicial	0,00	911,62	911,62
Depreciação do exercício	0,00	-342,72	-342,72
Valor líquido final	0,00	568,90	568,90
31 de dezembro de 2020			
Valor de aquisição	1.178,06	77.881,61	79,059,67
Depreciação acumulada	1,178,06	77.312,71	77.312,71
Valor líquido	0,00	568,90	568,90
	Edificios e	Equipamento	
	out.construções	admnistrativo	Total
1 de janeiro de 2019			
Valor de aquisição	1.178,06	77.881,61	79.059,67
Depreciação acumulada	1.030,82	73.995,98	75.026,80
Valor líquido	147,24	3.885,63	4.032,87
Valor líquido inicial	147,24	3.885,63	4.032,87
Depreciação do exercício	-147,24	-2.974,01	-3.121,25
Valor líquido final	0,00	911,62	911,62
31 de dezembro de 2019			
Valor de aquisição	1,178,06	77.881,61	79,059,67
Depreciação acumulada	1,178,06	76.969,99	78,148,05
Valor líquido	0,00	911,62	911,62

Nota: As bases de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se descritos na Nota 3.2.



5. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de Clientes, é como segue:

	<u>31.12.20</u>	31.12.19
Clientes - Companhias de seguros (*)	590.612,52	16.599,95
Clientes - Companhias de resseguros (*)	194.423,76	71.572,92
Clientes	785.036,28	88.172,77

(*) O valor a receber registado na conta "Clientes - Companhias de seguros e resseguros" (785.036,28 euros) corresponde essencialmente, ao somatório dos valores a receber por parte das resseguradoras relativas a sinistros ocorridos e dos valores a receber relativos a prémios emitidos pelas companhias de seguros ("cedentes").

As variações registadas a 31 de dezembro de 2019 nas rúbricas de "Clientes" e "Fornecedores" (ver nota 11) advêm da atividade normal da Sociedade. Estas são rúbricas de elevada volatilidade e a liquidação dos montantes está sempre pendente de confirmação de saldos com as companhias de seguros e as resseguradoras.

6. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é como segue:

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Funnafation - a delicated att		
Empréstimo a Acionistas (*)	0,00	615.000,00
Caução	0,00	20.000,00
Outros devedores diversos	0,00	0,00
Outros devedores	0,00	635.000,00
Comissões de corretagem de resseguro (**)	0,00	210.541,53
Juros a receber (Empréstimo acionista)	0,00	10.143,94
Devedores por acréscimos	0,00	220.685,47
Outros créditos a receber	0,00	855.685,47

Em julho de 2019, a Sociedade efetuou um empréstimo no valor de 615.000 euros à MDS África, pelo prazo de um ano, vencendo juros contados diariamente à taxa Euribor a 3 meses do dia do contrato acrescida de um spread de 3,52% anual e refixado trimestralmente. O empréstimo foi reembolsado à MDS Africa em 28 de fevereiro de 2020.

(**) As comissões de corretagem de resseguro referentes ao valor do 4º trimestre de 2019, foram registadas na rúbrica "Vendas e Serviços Prestados" no decorrer do ano de 2020.

7. Diferimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de Diferimentos, é como segue:

	31.12.20	31.12.19
Seguros	36.913,54	13.410,22
Serviços de Informática	475,56	586,31
Diferimentos	37.389,10	13.996,53

8. Caixa e depósitos bancários

A discriminação dos montantes de disponibilidades constantes do balanço em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é a seguinte:

	31.12.20	<u>31.12.19</u>
Numerário	1.008,79	714,35
Equivalentes de caixa:		
- Depósitos à ordem	3.480.439,69	913.878,35
Caixa e seus equivalentes (*)	3,481,448,48	914.592,70
Depósitos bancários (**)	155.883,40	155,883,40
Caixa e depósitos bancários	3.637.331,88	1.070.476,10

^(*) Ver demonstração de fluxos de caixa.

9. Capital

O capital social, encontra-se integralmente subscrito e realizado e está representado por 36.000 ações, com valor nominal unitário de 5,00 euros, representado da seguinte forma:

Categoria das ações	N.º de Ações	es Valor Nominal	
Ao Portador	36.000	180,000,00	

Conforme demonstração da alteração dos capitais próprios, os movimentos ocorridos nos capitais próprios durante o exercício de 2020 resultaram das seguintes deliberações tomadas pelos Acionistas em reuniões da Assembleia-Geral realizadas em:

^(**) O depósito a prazo é imediatamente mobilizável sem penalizações pelo que é considerado um ativo corrente (equivalente a caixa) e incluído na demonstração de fluxos de caixa.

(i) 28 de abril de 2020, na qual foram aprovadas as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, tendo o resultado líquido do exercício então findo, no valor de 236.269,48 euros, tido a seguinte distribuição:

- Para reservas livres

236.269,48 euros

10. Reserva legal e outras reservas

Para cumprimento do disposto na alínea b) do nº 7 do art.º 347º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), na sequência da redução do capital por amortização de ações foram, em 2005, afetas reservas livres no valor de 12.500,00 euros a uma reserva especial sujeita ao regime de reserva legal (incluída na rubrica de Capital Próprio, "Outras reservas").

De acordo com a legislação em vigor, as reservas legal e especial, nos valores de 36.000,00 euros e 12.500,00 euros, respetivamente não se encontram disponíveis para distribuição, apenas podendo ser aplicadas para aumentar o capital ou compensar prejuízos. Pelo menos 5% do lucro líquido apurado em cada exercício deverá ser aplicado no reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital.

A coluna de outras reservas, indicada na Demonstração das alterações de capital próprio, inclui 12.500,00 euros de reserva especial e 906.305,65 euros de reservas livres.

11. Fornecedores

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Companhias de seguros	25.802.45	433.944.23
Companhias de resseguros	2.615.255,58	293,398,77
Fornecedores	2.641.068,03	727.343,00

Os valores pendentes na rubrica de "Fornecedores" dizem respeito aos valores a pagar (relativamente a prémios de resseguro cedido) às Companhias de resseguro e aos valores a pagar às Companhias de seguros ("cedentes") referentes a sinistros ocorridos.

As variações registadas a 31 de dezembro de 2020 nas rúbricas de "Clientes" (ver nota 5) e "Fornecedores" advêm da atividade normal da Sociedade. Estas são rúbricas de elevada volatilidade e a líquidação dos montantes está sempre pendente de confirmação de saldos com as companhias de seguros e as resseguradoras.



12. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos pendentes em Balanço com o Estado são os seguintes:

	31.12.20	31.12.19
Importo girandimente IRC	00.540.75	E4 007 00
Imposto s/rendimento – IRC	-93,518,75 -93.518,75	-54.307,32 - 54.307,32
Imposto s/rendimento – IRS	-9.522,00	-9.017,56
Imposto s/valor acrescentado - IVA	-3.535,69	-10,36
Contribuições p/segurança social	-9.950,45	-9.959,93
	-23.008,14	-18.987,85
Total	-116.526,89	-73.295,17

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Pagamentos por conta	66.099,00	39.528,00
Retenções na fonte	2.483,28	4.981,98
Estimativa de IRC	-162.101,03	-98.817,30
Total	-93.518,75	-54.307,32

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2019 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2020 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 17% sobre a matéria coletável até aos 15.000,00 euros e 21% sobre a matéria coletável remanescente (2019: 21%). A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascende a 1,5% (2019: 1,5%). Adicionalmente, aplica-se a derrama estadual, ao lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros, à taxa de 3,0% (2019: 3,0%). Complementarmente, ao quantitativo da parte do lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de euros é aplicada a taxa de 5% (em 2019: 5%) e sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35 milhões de euros é aplicada a taxa de 7%. A derrama estadual foi criada pela Lei Nº. 12-A/2010 - Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) - Dívida Pública, atualmente em vigor no artigo 87º A do Código do IRC, tendo sofrido algumas alterações (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e Lei nº 2/2014 de 16 de janeiro) no que concerne ao valor das taxas e aos respetivos montantes de incidência das mesmas. Não são esperados ajustamentos significativos às declarações de rendimentos respeitantes ao exercício nem

ao exercício anterior.

13. Outras dividas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de Outras dividas a pagar é como segue:

	31.12.20	31.12.19
Credores diversos	4.305,85	4.717,81
Outros credores	4.305,85	4.717,81
Férias e subsídio de férias	69.033,80	69.001,10
Outros	38.252,82	21,176,85
Credores por acréscimos	107.286,62	90.177,95
Outras dividas a pagar	111.592,47	94.895,76

14. Vendas e Serviços prestados

O volume de negócios em 2020 e 2019 reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>31.12.20</u>	31.12.19
Comissões de corretagem de resseguro (*)	1.323.136,83	1.048.333,45
Serviços de consultoria (**)	2.812,50	-17.500,00
Vendas e Serviços prestados	1.325.949,33	1.030.833,45

^(*) Ver detalhe por resseguradora na nota 22.1.

15. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31.12.20	<u>31.12.19</u>
Eletricidade, água, combustíveis e outros fluidos	6.928,68	6.847,70
Rendas e alugueres	32.678,16	37.989,84
Comunicação	7.234,35	8.709,35
Seguros	17.914,36	17.309,64
Material de escritório e artigos para oferta	738,44	373,80
Deslocações e estadas	7.305,06	22.251,92
Conservação e reparação	5.517,91	731,59
Honorários	7.000,00	0,00
Trabalhos especializados (*)	75.000,86	92.277,51
Despesas de representação	4.225,67	7.069,19
Outros fornecimentos e serviços	9.273,74	7.161,31
Fornecimentos e serviços externos	173.817,23	200.721,85



^(**) O valor de dezembro de 2019 refere-se à anulação de um serviço de consultoria não concretizado.

(*) O valor registado na rubrica de trabalhos especializados inclui serviços de contabilidade no montante de 23.600,54 euros (2019: 23.420,54 euros) e serviços de revisão legal de contas no montante de 33.269,82 euros (2019: 31.078,00 euros) incluindo IVA à taxa em vigor.

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda serviços de consultoria estratégica prestados pela empresa International Risk no montante de 15.375,00 euros.

16. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2020 e 2019, foram como segue:

	31.12.20	31.12.19
Remunerações	324.485,36	317.775,70
Contribuições para a segurança social	79.491,90	78.028,91
Seguros de acidentes de trabalho	2.530,52	2.499,53
Órgãos sociais	406.507,78	398.304,14
Remunerações	70.809,07	65.398,81
Contribuições para a segurança social	16.763,41	15,120,19
Seguros de acidentes de trabalho	1.246,37	1.231,11
Outros gastos com pessoal	28.044,35	25.423,81
Pessoal	116.862,20	107.173,92
Total de Gastos com o pessoal	523.370,98	505.478,06
N.º médio de empregados	5	5

17. Outros rendimentos

Os Outros rendimentos dos exercícios de 2020 e 2019 têm a seguinte composição:

	<u>31.12.20</u>	31.12.19
Diferenças de câmbios favoráveis	142,24	53,19
Outros rendimentos	36,31	13,286,27
Outros rendimentos	178,55	13.339,46

18. Outros gastos

Os Outros gastos dos exercícios de 2020 e 2019 têm a seguinte composição:

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.354,11	733,16
Impostos	3.131,52	6.300,40
Outros gastos	2.815,20	22.813,55
Outros gastos	11.300,83	29.847,11

20

19. Juros e rendimentos similares obtidos

Os Juros e rendimentos obtidos dos exercícios de 2020 e 2019 têm a seguinte composição:

	31.12.20	<u>31.12.19</u>
Juros obtidos (*)	2.483,28	20.004.76
• •	2.403,20	30.081,76
Juros e rendimentos similares	2.483,28	30.081,76

(*) A variação do ano de 2019 no valor dos juros obtidos deveu-se aos juros recebidos pelo financiamento concedido à MDS Africa SGPS SA, conforme nota 6.

20. Partes relacionadas

20.1 Identificação da estrutura acionista

A Sociedade desde 26 de Abril de 2018 é detida por três acionistas, como se segue: (i) MDS África SGPS, SA. (24.000 ações), (ii) Fernando Emídio Brito (6.000 ações) e (iii) Renato Capote (6.000 ações).

A operação de aquisição por parte da MDS África, foi aprovada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões a 3 de Março de 2020.

20.2 Relacionamento com empresas associadas e participadas

A Sociedade não detém nenhum investimento em empresas associadas.

A Sociedade a 31 de dezembro de 2020, apresenta um saldo na rubrica "Outras dívidas a receber" com a entidade Mds Corretor, SA no valor de 27.018 euros (a 31 de dezembro de 2019 apresentava um saldo de 615.000 euros na rúbrica de "Empréstimos concedidos" com a entidade Mds Africa SGPS, SA).

20.3 Remuneração dos órgãos sociais

À data de 31 de dezembro de 2020 a estrutura acionista da MDS – Reinsurance Solutions, SA é composta por três elementos, dos quais dois desempenham, também, funções de administração na Sociedade.

A Sociedade no ano de 2020 não distribuiu dividendos.

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da sociedade foram as seguintes:

Conselho de Administração (ver nota 16) - 406.507,78 euros (2019: 398.304,14 euros)

O valor faturado pelo Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único (PWC) ascendeu, em 2020, a 27.050,00 euros (a que acresce IVA à taxa legal em vigor), (2019: 21.00,00 euros) e compreende os trabalhos relacionados com a revisão legal das contas da Sociedade.



21. Outras informações relevantes

21.1 Compromissos financeiros assumidos

A Sociedade manteve no exercício o valor de 39.020 euros (2019: 20.000 euros) de garantias bancárias destinadas a caucionar responsabilidades com Seguradoras e Resseguradores, conforme estipulado na alínea d) do nº1 do Artigo 19º do decreto-lei nº 144/2006, de 31 de julho na redação dada pelo Decreto-lei nº 359/2007 de 2 de novembro.

22. Outras divulgações exigidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões

Para efeitos do artigo 51º da Norma Regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de dezembro, apresentamos seguidamente a informação requerida. As alíneas cuja sequência e numeração se encontrem omissas nesta nota, não são aplicáveis à Sociedade.

1. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

A Sociedade regista o rendimento quando os prémios dos negócios colocados nos Resseguradores são obtidos das Seguradoras, conforme indicado na nota 3,11) do presente anexo, geralmente no respetivo ano de incidência do risco. Todos os prémios dizem respeito a ramos não vida,

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

O total das remunerações, é na totalidade em numerário e oriunda dos ramos não vida compondo-se da seguinte forma:

Por Tipo	2020	2019
Comissões de corretagem de resseguro	1.323.136,83	1.048.333,45
Serviços de consultoria	2.812,50	- 17.500,00
Total	1.325.949,33	1.030.833,45

 Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem:

22

		Ramo N	lão Vida			Ramo	Vida	
Ressegurador	2020)	2019)	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
QBE EUROPE	319 922,32	24,2%	302 045,78	28,8%				
TYSERS	288 128,97	21,8%	221 664,03	21,1%				i
SWISS RE	251 761,97	19,0%	119 799,88	11,4%		}		
HANNOVER	141 459,40	10,7%	89 046,90	8,5%				
MILLER	132 066,81	10,0%	114 659,36	10,9%				
MUNICH RE	59 845,83	4,5%	17 150,42	1,6%				
R+V VERSICHERUNG	55 571,52	4,2%	66 689,97	6,4%				
SCOR ZURICH	17 765,26	1,3%	11 207,76	1,1%		İ		
NACIONAL REASEGUROS	13 193,85	1,0%	12 804,15	1,2%				
TOKIO MARINE HCC	8 300,00	0,6%		0,0%				
ED BROKING LLP	6 978,53	0,5%	20 641,03	2,0%		l	•	
LIBERTY SPECIALITY MARKETS	5 406,30	0,4%	9 735,99	0,9%				
RGA	4 113,04	0,3%	5 363,45	0,5%				
SCOR SPAIN	4 102,11	0,3%	6 587,27	0,6%				
FIDELIDADE RESSEGURADOR	3 739,98	0,3%		0,0%				
IRB BRASIL	3 711,57	0,3%	2 690,54	0,3%				
SAFEONLINE	3 303,75	0,2%	0,00	0,0%		ŀ		
MAPFRE RE	1 624,70	0,1%	9 920,55	0,9%				
MDS RE	1 227,70	0,1%		0,0%				
ANV BARCELONA	350,00	0,0%	984,54	0,1%				
BEAZLEY INSURANCE SPAIN	300,00	0,0%		0,0%		i		
AXA XL França	243,09	0,0%	10 213,77	1,0%				
CANOPIUS EUROPE	13,39	0,0%		0,0%				
TRIGLAV	8,79	0,0%		0,0%				
AIG		0,0%	8 773,19	0,8%				
AXA XL Espanha		0,0%	5 970,15	0,6%				
CHUBB		0,0%	9 188,55	0,9%				
EQUINOX		0,0%	3 935,55	0,4%				
IGI UK		0,0%	1 475,83	0,1%				
OUTROS	-2,05	0,0%	-2 215,21	-0,2%				
Total	1 323 136,83	100,0%	1 048 333,45	100,0%	0,00	0.00	0,00	0,00

Notas:

(i) Relativamente aos valores das remunerações auferidas das entidades "Miller", "Tysers" e "Ed Broking LLP" esclarecemos que dizem respeito a entidades intermediárias que colocam no mercado de resseguros Londrino os negócios junto de diversos resseguradores.

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira iguais ou superiores a 25%

	Remune	rações %
Por entidade (origem)	2020	2019
QBE EUROPE	NA	28,7%

e) Valores das contas "clientes"

23 / 19

	Valores das contas "clientes" €		
Contas "clientes"	2020	2019	
Início exercício	902 085,54	607 400,68	
Final do exercício	3 242 538,03	902 085,54	
Volume movimento do exercício			
A débito	15 109 370,41	9 274 311,10	
A crédito	12 768 917,92	8 979 626,24	

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (Seguradoras, Resseguradores e Clientes/Outros)

	Saldo contabilístico existente no final de exercício				
Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar		
	2020	2019	2020	2019	
Empresas de seguros	798 154,34	16 599,85	13 118,06	433 944,23	
Resseguradores	1 762 667,03	71 572,92	4 396 816,30	293 398,77	
TOTAL	2 560 821,37	88 172,77	4 409 934,36	727 343,00	

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Os saldos existentes entre a RS e seguradoras e resseguradores são resultantes de diversos itens (prémios, comissões de resseguro, sinistros, reservas de prémios, reservas de sinistros, juros, impostos,) que são movimentados nas contas trimestrais que recebemos das Seguradoras e nas contas trimestrais por nós emitidas para os resseguradores. As remunerações são reconhecidas no momento em que são celebrados os contratos.

 h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os fatores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade;

Não Aplicável

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

As responsabilidades da Sociedade por garantias bancárias totalizam no exercício 39.020,00 euros (2019: 20.000,00 euros) destinados a caucionar pagamento de crédito de Seguradoras e Resseguradores, conforme estipulado para os efeitos previstos na alínea d) do nº 1 artigo 18º e nº 2 da Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro.

j) Transmissão de carteiras de seguros

Não Aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não Aplicável

- Pl - 24 M.

Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não Aplicável

- 2. No caso dos corretores de seguros
- a) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens

Não Aplicável

 b) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não Aplicável

- 3. No caso dos mediadores de resseguros
- a) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais lhe foram outorgados poderes de cobrança

Está inerente à nossa atividade de termos poderes de cobrança concedidos por parte dos resseguradores e das seguradoras. No momento do pagamento dos saldos por parte das entidades com quem trabalhamos, entregamos as quantias aos respetivos resseguradores e seguradoras.

b) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros

Está inerente à nossa atividade de termos poderes de cobrança concedidos por parte dos resseguradores e das seguradoras. No momento do pagamento dos saldos por parte das entidades com quem trabalhamos, entregamos as quantias aos respetivos resseguradores e seguradoras.

23. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2020, e até à data, não se registaram quaisquer eventos ou circunstâncias que pudessem alterar ou pôr em risco a continuidade da operação.

Lisboa, 27 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PANPITOR LL-496LPL



Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC n.º 43 Registo na CMVM n.º 20161389 Bom Sucesso Trade Center Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º 4150-146 Porto Portugal

Tel: +(351) 225 439 200 www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS – Reinsurance Solutions, S.A. (a Entidade anteriormente denominada RS – Reinsurance Solutions, Sociedade Corretora de Resseguros, S.A.), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 4.461.671,41 euros e um total de capital próprio de 1.592.484,02 euros, incluindo um resultado líquido de 457.678,37 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS – Reinsurance Solutions, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade a 31 de dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas cuja Certificação Legal das Contas datada de 20 de maio de 2020 inclui uma ênfase.

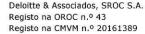


"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746





Página 2 de 3

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

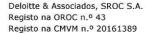
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamosos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;





Página 3 de 3

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 21 de junho de 2021

Deloitte & Associagos, SROC S.A./

Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC



Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC n.º 43 Registo na CMVM n.º 20161389 Bom Sucesso Trade Center Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º 4150-146 Porto Portugal

Tel: +(351) 225 439 200 www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da MDS – Reinsurance Solutions, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS – Reinsurance Solutions, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Outras matérias" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 21 de junho de 2021

Deloitte & Associados SROC S.A.

Representada por Núno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 − 13º, 4150-146 Porto

